III SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE
2017
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC

GESTÃO PAULO FREIRE E O ENSINO TÉCNICO SECUNDÁRIO

Angelica Riello de Souza[1]

Resumo: A comunicação que aqui segue foi resultado de parte da pesquisa de mestrado em andamento, cujo objeto é o intelectual Paulo Freire durante sua permanência na secretaria municipal de educação do município de São Paulo, entre janeiro de 1989 e maio de 1991. O tema e o problema que se propuseram na pesquisa se pautavam em responder quem foi Paulo Freire na secretaria municipal da educação no governo Luíza Erundina entre 1989 e 1991, considerando sua *geração*, *trajetória* e *rede de sociabilidade*, como propõe Sirinelli (2003) e *experiência*, como propõe Thompson (1981). O estudo busca responder sobre o indivíduo Paulo Freire, ser social, portador de uma consciência social, tendo por base suas atividades anteriores e, sobretudo, as pautas e demandas da reorganização dos trabalhos na Secretaria Municipal de Educação. A rede municipal de educação, no período mencionado, possuía uma escola técnica em funcionamento que, assim como as demais unidades, também foi alvo de inovações propostas pela gestão do intelectual. A escola Derville Alegretti, situada na região de Santana, zona norte da capital paulista, oferecia os cursos técnicos de prótese dentária, mercadologia publicitária, contabilidade, secretariado, administração e magistério. Notou-se, na documentação produzida pela Secretaria da Educação no período em questão, a preocupação em considerá-la parte do trabalho da SME, integrando um projeto de articular a formação profissionalizante com a formação de educadores visando alcançar os objetivos de uma Escola Pública Popular. Embora as demandas prioritárias estavam na educação de jovens e adultos (MOVA), na educação primária e infantil, uma análise da documentação que se refere ao ensino secundário tem sua expressividade e importância, inclusive por ainda não terem sido investigadas.

Palavras-chave: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Gestão Paulo Freire. Ensino técnico secundário.

Resultado de parte da pesquisa de mestrado em andamento, cujo objeto é o intelectual Paulo Freire durante sua permanência na secretaria municipal de educação do município de São Paulo, entre janeiro de 1989 e maio de 1991, este texto debruça-se sobre um aspecto que ainda não foi explorado: o segundo grau da rede municipal de São Paulo na gestão do secretário Paulo Freire. É sugestivo a rede contar, nesse período, com uma escola de segundo grau que oferecia cursos técnicos profissionalizantes, dado que essa demanda estava sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação.

[1] Professora da Educação Básica, mestranda do Programa de Estudos Pós-graduados Educação: História, Política, Sociedade da PUC – SP, bolsista CNPq. A pesquisa de mestrado está vinculada ao projeto de pesquisa História da Renovação Educação no Brasil. Email: angeliriello@hotmail.com

Para compreender o tratamento dado na gestão à unidade de segundo grau, foi necessário compreendê-la como parte da política da secretaria na gestão de Paulo Freire. Assim, as considerações que aqui se enunciam iniciam por descrever, a partir da documentação quais eram as ações propostas pela secretaria que tinham como objetivo fazer um diagnóstico de funcionamento.

Dado que o assunto que se trata aqui é resultado de uma pesquisa de mestrado que se debruça sobre a atuação de Paulo Freire como gestor, é mister descrevê-la sinteticamente, assim como o eixo por meio do qual se lança esforço por revelar possíveis respostas ao problema de pesquisa. O tema e o problema que se propuseram se pautavam em responder quem foi Paulo Freire na secretaria municipal da educação no governo Luíza Erundina entre 1989 e 1991 e os motivos de sua renúncia em maio de 1991. Considerou-se para alcançar respostas à pergunta da pesquisa sua geração, trajetória e rede de sociabilidade, como propõe Sirinelli (2003) em *Os intelectuais*. O estudo busca responder sobre o indivíduo Paulo Freire, ser social, portador de uma consciência social, tendo por base suas atividades anteriores e, sobretudo, as pautas e demandas da reorganização dos trabalhos na Secretaria Municipal de Educação.

A rede municipal de educação, no período mencionado, possuía uma única escola de segundo grau de ensino profissionalizante em funcionamento, assim, as inovações propostas pela gestão do intelectual irradiaram para o segundo grau. Mais do que propor uma forma de funcionamento para a escola, notou-se a preocupação em considerá-la parte do trabalho da SME, mas não prioridade, dado que as demandas prioritárias estavam na educação de jovens e adultos (MOVA), na educação primária e infantil. Ainda assim, uma análise da documentação que se refere ao ensino secundário tem sua expressividade e importância.

A escola Derville Alegretti[2], situada na região de Santana, zona norte da capital paulista, oferecia os cursos técnicos de prótese dentária, mercadologia publicitária, contabilidade, secretariado, administração e magistério. Atualmente a EMEFM Derville Allegretti ainda oferece alguns dos cursos técnicos oferecidos nas décadas de 1980 e 1990, elemento emblemático e expressivo que carece de análise e avaliação. Se considerarmos que o ensino médio está sob a responsabilidade e atendimento da Secretaria Estadual de Educação,

[2] A fundação dessa escola de segundo grau na rede municipal não é foco da pesquisa em andamento, embora seja de considerável importância, sobretudo porque, desde o final dos anos 1990, a rede passou a oferecer vagas no Ensino Médio em mais sete outras unidades, ainda que esse segmento de ensino esteja sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação do governo paulista.

tratar-se-ia de um movimento expressivo nas regiões nas quais essas escolas se situam, oferecendo tema a ser explorado por pesquisadores da história da educação.

Deve preceder à análise do documento sobre o oferecimento do segundo grau considerando a formulação de E. P. Thompson sobre o termo experiência. O que se pôde observar nos documentos aqui recortados e expostos, antes de metas e números foi a preocupação em observar a experiência dos seres sociais envolvidos com a escola, mais especificamente a dos docentes daquela escola. Assim, pôde-se observar o que Taborda (2008) afirma sobre a cultura escolar que é "lócus de produção-circulação-reprodução cultural, lugar, portanto, de conflito", pautado no que arguiu Thompson ao afirmar que a cultura é o lugar em que se conflitam elementos de interesses de grupos sociais, desencadeando, a partir desses conflitos as formas de resistência. Desta maneira, vale a compreensão do termo experiência do historiador inglês.

Thompson (1981), em *A miséria da Teoria,* ao criticar as formulações de Althusser, apontou que este tenha abandonado os princípios do materialismo histórico, formulando esquemas de estruturas definidas e determinadas que parecem excluir o sujeito histórico. O autor também confere a Althusser e a seus seguidores a crítica de questionarem o materialismo histórico para deslocá-lo, revelando assim uma tendência a-histórica. Outra acusação é a de que o "marxismo althusseriano não é apenas um idealismo, mas tem muitos dos atributos de *teologia*", já que com a justificativa de usar a razão, chegou-se a formulações que tornam a estrutura social algo determinado, com existência própria, sem considerar a atuação dos sujeitos sociais. (THOMPSON, 1981 p. 10-12). Para retornar ao uso empírico do materialismo histórico, contra a ideia de determinação do sujeito pelas estruturas sociais, o autor evidenciou o caráter da experiência. Este termo foi apresentado como

> uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende uma resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. (THOMPSON, 1981, p. 15)

Thompson apostou em uma visão da história em que categorias estáticas, utilizadas por uma teoria conhecida e propagada como marxista, são repensadas e postas em movimento ao se refletir sobre a ação humana.

> Isso significa dizer que, para o autor, a história real existe independente de qualquer esforço cognitivo do sujeito, e que quaisquer categorias ou conceitos empregados pelo materialismo histórico só podem ser compreendidos como categorias históricas, isto é, conceitos próprios para

> investigação de um processo, de uma realidade que não é passível de representação conceitual estática, mas que deve ser interrogada na sua irregularidade e contradição. (LINHARES-HOSTINS, 2004, p.39)

"A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento, surge porque homens e mulheres [...] são racionais, e refletem sobre o que acontece com eles e ao seu mundo". (THOMPSON, 1981 p.16) Taborda (2008) ao interpretar tal conceito propõe um olhar para a cultura escolar, porém é possível adaptar sua interpretação para compreender a gestão da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo e, neste artigo, com lentes que se focam para os documentos relacionados ao ensino de segundo grau.

Tanto a secretaria, compreendida como centro das decisões políticas para a educação municipal, como a escola são instituições determinadas, delimitadas e caracterizadas por uma cultura, que se demonstrou como lugar de disputa, na qual as relações são pautadas pela defesa de ideias apresentadas em confronto, por meio da produção de uma materialidade própria, recurso na reprodução dos valores culturais propostos socialmente, assim engendrando a dinâmica dos conflitos e disputas. (TABORDA, 2008 p.150). Os mecanismos de resistência por parte dos docentes e a observação desta resistência nos relatórios da Reorientação Curricular da Secretaria Municipal de Educação (SME) mostraram disputas e tensões como reações ao projeto de educação que se propunha no período. Com efeito, na pesquisa, a gestão de Paulo Freire é analisada pela experiência, no sentido de abordar a documentação a fim de captar – mais do que uma série de premissas sobre a educação e sua prática, no campo teórico – a ação dos seres sociais que atuaram no período para compreender o que se estruturava e se estabelecia como proposta educacional.

Com o intuito de compreender a gestão, houve esforço por acessar produções acadêmicas sobre a gestão, além de buscar bibliografia reconhecida como freireana para alcançar maior compreensão do período. O que se pode constatar, na bibliografia de referência é uma análise incipiente de documentos que revelam a maneira com a qual a prática de Paulo Freire se configurou, há uma ausência de trabalhos que se debrucem sobre os documentos, de maneira detida, empenhados em observar e revelar empiricamente a coerência entre teoria e prática, muito repetidas nas análises de sua atuação. Nos levantamentos feitos de trabalhos acadêmicos sobre a gestão Paulo Freire, observa-se um discurso permeado pela admiração de sua proposta inovadora, porque se pautava na gestão democrática, no diálogo com as comunidades e na libertação do oprimido, além de evidenciar a grande aceitação de sua prática por parte dos integrantes do quadro de gestores e professores da rede municipal.

Franco (2014) afirmou que "Paulo Freire optou por se engajar na luta em favor dos humildes, dos excluídos da sociedade, os analfabetos, enfim, em favor do povo". Dutra (2013) fez uma pesquisa, publicada em artigo, em que registrou a memória de professoras e gestoras que narraram a transição do governo Jânio Quadros para o de Luíza Erundina e apresentou Freire como uma efetiva inovação na valorização do trabalho na educação. Posteriormente, em sua tese de doutoramento, defendida em 2015, apresentou um estudo mais detido sobre a gestão Paulo Freire. Suas lentes focaram na história oral de dez professoras, servidoras municipais, e suas impressões e interpretações da atuação do secretário Paulo Freire.

O principal fator que a memória dessas professoras retém é uma escola que se configurava para atender a educação popular, no modelo democrático, rompendo com a gestão anterior de Jânio Quadros, pautada no autoritarismo e silêncio dos professores e comunidade escolar. Exemplo disso foi a exoneração compulsória de servidores que participaram dos movimentos grevistas em 1988. No documento publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo em três de janeiro de 1989, a gestão caracterizou a ação do ex-prefeito sob a égide da arbitrariedade e da ação antidemocrática, pautando sua crítica no que a Constituição de 1988 estabeleceu sobre o direito à greve, à manifestação dos trabalhadores, por isso afirma que os atos punitivos configuraram perseguição política e ideológica inaceitáveis e "dignos de pública repulsa aos olhos de todos aqueles que desejam a construção de uma sociedade justa e democrática". (D.O do Município de São Paulo, Decreto no. 27611 de 1º. de janeiro de 1989)

Nota-se que a memória sobre Paulo Freire é pautada na oposição em relação à gestão anterior de Jânio Quadros. Ângela Antunes Ciseski, na ocasião da escrita de seu texto para a coletânea de Gadotti (1996) intitulada *Uma biobibliografia*, era professora do Município de São Paulo, mestranda em Educação da Universidade de São Paulo e membro do Núcleo de Educação para a Cidadania do Instituto Paulo Freire. Narra que iniciara sua carreira no magistério público municipal em 1987, na gestão do prefeito Jânio Quadros. Qualifica a gestão como autoritária e a rede foi apresentada como sucateada, descrevendo as condições precárias a que se submetia: escola sem vidros nas janelas: sem condições adequadas para desenvolvimento do trabalho docente e discente e, além de tudo, marcada pela grave desvalorização do profissional da educação.

> Se os problemas fossem só em relação à infra-estrutura, penso que teria conseguido driblá-los, mas estávamos sob o governo conservador de Jânio Quadros. Não havia espaço para a criatividade, para a ousadia, para a

> alegria. Hierarquia, relações verticais de mando e subordinação, achatamento salarial, demissão de trabalhadores e trabalhadoras em educação que manifestassem contrários aos caminhos adotados por aquele governo, expulsão de alunos "problemáticos", linguagem autoritária... (CISESKI, 1996, p. 235)

Nesse relato, indica-se a primeira tensão por que passou Paulo Freire: suceder um governo autoritário com uma prática de imposição do silêncio. A oposição à política que o antecedeu, porém, não era um elemento que garantiu sua aceitação como gestor, portanto a aceitação das medidas de sua gestão. Em um país que se via em processo de democratização, possivelmente haveria permanências nas atitudes de toda a rede. É possível inferir que as propostas de Freire poderiam esbarrar em *modus operandi* cristalizado pelo costume e por características ganhas com as décadas de ditadura. Embora se ansiasse por mudanças, pela abertura, por democratização, a bem da verdade, havia grupos em toda sociedade que mantinham as práticas de imposição pelo poder. No exemplo dado por Ciseski sobre a expulsão de alunos "problemáticos", vê-se um exemplo de conceito que permanece no tempo. Os problemáticos são, ainda hoje, os que não aprendem e apresentam indisciplina. Esta ideia de excluir, costume herdado de um pensamento elitista e de uma tradição que permanece e leva a condições contra a democratização do acesso à escola, engendra a evasão e o fracasso escolar. Contra tal permanência, irrompe na gestão Paulo Freire uma forma de abordagem da educação popular que pretendia criar nova forma de funcionamento, por meio da qual se pudesse repensar as práticas perpetuadas pelo costume. Contudo os documentos mostraram os mecanismos de resistência do professorado que permaneciam com os costumes herdados de longa data. O primeiro passo para a reflexão sobre as formas de fazer a educação foi organizado pelas ações que concretizaram o primeiro documento sobre a reorientação curricular, direcionado a todas as escolas da rede.

O documento *O Movimento de Reorientação Curricular na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – documento 1* de 1989, buscou propor um debate para estimular a reflexão e discussão sobre o currículo, instrumento para organizar a escola que se ansiava.

> O processo de reorientação curricular envolverá, portanto, os professores e alunos (que são, por excelência, os agentes que tornam operacional o currículo) os pais, os especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar, os movimentos sociais, interlocutores que participarão em três momentos bem caracterizados.
> O primeiro deles define-se como a problematização do currículo que envolve a descrição, a crítica e a expressão das expectativas. No âmbito da escola a problematização envolverá professores, alunos, especialistas e os conselhos de escola. Na esfera da participação popular a problematização ocorrerá

> através de plenárias pedagógicas das quais participarão também pais e representantes dos movimentos sociais. (SME, 1989 p.3)

O segundo momento, a que se refere o documento, é de organização dos resultados de problematização e reflexão acerca das questões problematizadas. No terceiro momento, tratou-se de viabilizar o retorno dos relatórios aos professores da rede no *documento 2*. No roteiro para problematização havia questões relacionadas aos trabalhos em cada disciplina e em cada ano, que se desdobram em propostas, procedimentos e conteúdos. Também se pretendeu abordar questões relacionadas a dificuldades encontradas que não colaboram para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula e na escola, além de propor perguntas sobre mudanças desejadas, elaboradas por escrito por meio de sugestões dos professores. Assim, elaboraram-se relatórios por unidade escolar, que enviados a SME, puderam ser ponto de referência para a produção do segundo documento e projeções para o trabalho nas escolas.

O primeiro documento, de uma série de outros[3], buscava definir, fundamentar e encaminhar o movimento de reorientação curricular na rede de ensino municipal. A principal ideia dessa série de documentos – que mesmo após a renúncia de Paulo Freire em maio de 1991, prosseguiu com a gestão de seu sucessor Mário Sérgio Cortella – foi abrir um canal de diálogo com os profissionais da educação, ouvir-lhes as queixas que se pautavam sobremaneira na falta de estrutura material básica como carteiras e materiais diversos, além da falta de valorização do trabalho docente.

A série *Reorientação Curricular* foi elaborada por meio da tentativa de diálogo com os professores de cada unidade da rede. O primeiro documento propôs reflexões sobre conceitos e práticas, ao final havia um questionário em que as questões circundavam temas relacionados à prática pedagógica, aos anseios de mudança, ao exercício da crítica. As reflexões eram levadas aos professores, os questionários eram respondidos de forma escrita e encaminhados aos supervisores de ensino das unidades chamadas, nesse momento, Delegacias de Ensino. Após tempo de análise, a resposta aos educadores da rede foi veiculada através do segundo documento, que abordou-se um número considerável de pautas, as mais expressivas

[3] Os documentos de Reorientação Curricular destinavam-se a todos os professores da rede, a tiragem aproximada era de dez mil exemplares, idealmente, circulara entre todos os professores da rede e foi material utilizado para as reuniões pedagógicas, já que propunham questionamentos e debates. A série contou com a elaboração de quatro documentos entre 1989 a 1992, sendo que os dois primeiros elaborados entre 1989 e 1991, período em que Paulo Freire foi secretário e os demais no período em que Mário Sérgio Cortella assumiu a secretaria. O sumário da documentação da Memória Documental da Secretaria Municipal de Educação conta com o título e descrição dos documentos e se pode acessá-lo em http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Memoria-Documental--Como-Pesquisar

estavam apoiadas na problematização das práticas pedagógicas; concepções sobre a educação e seus processos de execução, sem deixar à margem a discussão sobre o plano de carreira do magistério municipal e as práticas de interdisciplinaridade.

Na apresentação desse documento afirma-se que

> Vencemos o primeiro momento: a problematização foi posta em campo, mobilizando milhares de educadores. Durante dois dias discutiu-se o trabalho pedagógico na escola. E discutiu-se para além da questão pedagógica, de vez que a escola, como uma globalidade de ações, intenções e emoções, não isola o fato de que educadores têm sua vida contextuada por outros fatores, entre os quais, mas não o único, o salário. A problematização foi, também e, portanto, reflexo de um momento em que se discutiram questões de política salarial que não podiam estar, e não estarão nesta Administração, separadas da ação pedagógica que se está construindo. (SME a, 1990, p. 3)

Para compreender a maneira com a qual a gestão levou o trabalho com o ensino secundário desse momento do final da década de 1980 e início de 1990, há de se considerar as análises estruturadas pelo documento dirigido aos educadores da Rede Municipal de Ensino intitulado *O Movimento de Reorientação Curricular na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – documento 2* de 1990, continuação da série de documentos organizada em agosto de 1989. A documentação utilizada como fonte foi encontrada sob a curadoria do Instituto Paulo Freire, todos disponíveis até o segundo semestre de 2016 no site do Instituto.[4] Nem todos os documentos apresentam-se completos, não se pôde acessar as questões formuladas pelos professores, também não foi possível por esse meio acessar mais documentação sobre a proposta ao curso de magistério da escola Derville Alegretti. Assim que, neste artigo, foram as publicações da secretaria municipal material para a análise aqui proposta, sobretudo os cadernos destinados aos professores, compostos por levantamentos sobre as práticas dos professores da única escola de ensino secundário do período mencionado, que à época era um centro de formação técnica. Trata-se de uma pauta não muito explorada e, na leitura da documentação, parece um apêndice do trabalho da gestão, dado que se enfatiza ser a única escola secundária da rede, obtém-se a impressão de que se tratava de uma demanda de difícil administração, já que o foco da gestão se pautava na educação de jovens e adultos, sobretudo pelo trabalho de alfabetização de adultos. Esse foco reitera as atividades do intelectual Paulo Freire em seu percurso histórico anterior ao golpe militar, por meio das quais pode ver-se

[4] Em 2017, o acesso à documentação ficou impossibilitado devido a problemas de atualização do software que torna possível a visualização das digitalizações, de acordo com explicação oferecida pelo Instituto Paulo Freire.

projetado como referência da luta pela educação popular e sobretudo pela demanda da alfabetização de adultos.

Ainda assim, a atenção às respostas dos educadores do Derville Allegretti, respeitando sua particularidade, demonstra que o trabalho no ensino secundário foi considerado nas pesquisas da secretaria, fazendo parte de um projeto que se pretendia inovador, porque democrático em oposição a gestão anterior marcada pelo autoritarismo, cujo mais crítico acontecimento foi a exoneração compulsória dos servidores e servidoras grevistas de 1988. Outra marca da gestão foi o sucateamento das escolas o que resultou no comprometimento da estrutura material e do corpo docente da rede. Desse modo, a gestão Paulo Freire encontrou um cenário de descontentamento do corpo docente, resultado da precarização engendrada pela gestão de Jânio Quadros.

O árduo trabalho que se pôde observar a partir dos documentos, rompe com a verticalização na gestão, promovendo um diálogo e uma escuta do corpo de educadores. Evidentemente, considerando o trabalho na escola, como local de cultura, portanto de disputa, tal como estabeleceu Thompson, poder-se-á inferir e verificar nos documentos os movimentos de resistência, ao verificar a descrição da fala dos educadores.

O segundo documento da reorientação curricular destinado aos professores da rede indica que, após os questionários respondidos e enviados, verificou quais as demandas notificadas e, partindo delas, ofereceu um primeiro nível de resposta para que a escola, como parte de uma rede, pudesse ampliar uma contínua reflexão sobre o que se denominou "a cara da escola".

> Os educadores recebem, agora, este primeiro nível, conforme compromisso estabelecido anteriormente. É assim que a escola em sua totalidade, como parte de uma rede, poderá ampliar uma reflexão, que se pretende contínua sobre:
> - as tendências manifestas ou latentes na prática pedagógicas;
> - as grande e pequenas contradições;
> -as propostas em desenvolvimento, seus avanços e recuos;
> - os eixos pedagógicos em ação;
> - as propostas de ponta, de vanguarda, que precisam de maior apoio e divulgação;
> - o cotidiano já acertado e definido;
> - a maior ou menor proximidade com os princípios educacionais dessa administração;
> - as necessidades de apoio que a rede solicita, seja na direção de equipamentos, materiais e recursos humanos, seja na direção da estruturação da escola, da política salarial e de alterações de legislação, visando à melhoria das propostas pedagógicas.
> Enfim... a cara da escola.

> Antes de os educadores iniciarem sua leitura desta sistematização, registrem-se uma observação e dois encaminhamentos.
> Entendemos estar cumprindo um compromisso político de democratização das informações. Informações recebidas, organizadas num primeiro nível, e imediatamente encaminhas à escola. (SME a, 1990, p.4)

Depois desse primeiro nível, indicado neste trecho do documento, dar-se-ia um segundo de sistematização, por meio do desenvolvimento do projeto de interdisciplinaridade nas escolas-piloto e pela ampliação dos grupos de formação dos educadores da rede. Descreveu-se, na sequência, que cada escola da rede elaborou um relatório pautado nas perguntas enviadas pela SME. O documento indica que muitas das propostas, por meio dos relatórios, apresentavam-se vagas, ainda assim foram consideradas na análise desse primeiro nível. Assevera-se no documento que a tendência apontada e criticada nas respostas circundava a esfera da descontinuidade das propostas pedagógicas na alternância das administrações escolares, até o momento os cargos de diretor de escola eram ocupados por nomeação e não por concurso, por isso ressaltou-se esse caráter. O documento também mostra anseios relacionados à mudança e inovação.

> Por outro lado uma incidência razoável de falas apontou a necessidade de mudanças, de "reestruturação", que viriam, certamente, ao encontro de expectativas de uma parcela dos educadores. Há, também, nessa direção, falas sobre a volta a uma escola com liberdade, criatividade e conscientização. (SMEa, 1990, p. 20)

Do ponto de vista da estrutura das escolas, que interfeririam em seu andamento, sobretudo nas questões pedagógicas, fez-se a implementação dos projetos de sala de leitura e bibliotecas como auxílio à reorganização curricular de todos os componentes do currículo. Assim o documento aborda cada disciplina, oferecendo um panorama do que revelaram os relatórios enviados, apresentado por componente curricular e também por nível de ensino.

No item intitulado *Segundo Grau*, à página 38, tem-se a observação importante a que já aludimos anteriormente sobre a dificuldade em administrar uma escola fora do nível primário, já que oferecia o curso secundário no nível técnico. "A Rede Municipal de Ensino conta com uma Escola de 2º. Grau, de natureza profissionalizante, que mantém cursos de Magistério, Contabilidade, Secretariado, Administração, Mercadologia e Prótese". (SME a, 1990 p. 38)

Nesse excerto é emblemático que essa única escola não fora nomeada, ocultam-se não somente o nome, mas maiores detalhamentos sobre a instituição, sobretudo porque os anseios e demandas da unidade também compuseram esse primeiro relatório de levantamento das

questões essenciais para os educadores e também para a rede. Assim, o que se abordou sobre a única na rede é que

> Há uma preocupação, manifesta na maioria dos relatórios, em aproximar a teoria da prática e manter os alunos informados a respeito das tendências específicas do mercado de trabalho dentro de cada área de profissionalização, como, por exemplo, elaboração de monografias a respeito de empresas comerciais, montagem de acervo da literatura específica atualizada, pesquisas em periódicos atuais, entrevistas, palestras e estágios.
> Quanto à programação, as referências contidas nos relatórios não foram suficientes para identificá-la.
> Em relação aos procedimentos metodológicos, observa-se que alguns professores privilegiam aulas expositivas, preocupando-se com o rigor da linguagem técnica. Outros procuram desenvolver atividades diversificadas – debates, seminários, trabalhos em grupo, montagem de exposições, além das já citadas anteriormente. Há ainda professores que ultrapassam os limites de seu componente específico, procurando realizar trabalhos integrados com outros.
> Apesar da escola ser única na rede, acreditamos que a rediscussão da proposta curricular, sentida como necessária por vários professores, possa ser desencadeada dentro da própria unidade, com a participação de educadores, alunos, funcionários e comunidade, tendo como referencial questões básicas:
> - que tipo de educação queremos? É uma educação para o trabalho ou uma educação pelo trabalho? Queremos alunos críticos e transformadores da sociedade? Como educar para isso? Que trabalhador estamos colocando no mercado de trabalho? Que competência interessa para o nosso aluno? (SME, 1990 p. 38 grifos originais do documento)

Para compreensão e identificação de quais são os elementos inovadores propostos pela gestão e a que esse documento se dirige não se pode utilizar uma mirada anacrônica. Já se explicitou o fato de que a gestão Paulo Freire sucedeu uma gestão caracterizada como antidemocrática que vilipendiava os direitos de manifestação de ideias, a participação dos processos de decisão sobre o trabalho pedagógico, como identificado por Ciseski (1996) em seu texto memorialístico no qual relembra a gestão Quadros em oposição à de Paulo Freire.

Assim os questionamentos propostos pelo documento sobre o tipo de aluno e trabalhador que se queria formar, nessa escola de ensino profissionalizante, não pode ser dado como óbvio.

> As respostas dadas a tais questões auxiliarão na definição dos rumos do currículo que se deseja. Cabe acrescentar que, para 1990, com relação à habilitação do Magistério, S.M.E. encaminhará ao C.E.E. Projeto de Turma Especial para habilitação dos monitores de Educação de adultos, que atualmente fazem parte dos quadros da S.M.E. e que já possuem 2º. grau completo.
> Esse projeto não tem a finalidade de dar apenas uma habilitação ou um diploma, mas sim dar uma formação para esses educadores, dentro das

> concepções de educação voltada para os interesses de uma Escola Pública Popular. (SME a, 1990 p. 38)

Percebe-se assim que a principal demanda da gestão foi a educação de jovens e adultos, mas pode-se considerar inovador a gestão ter a percepção de que a formação profissionalizante pode participar, por meio da inserção dos alunos do magistério na formação de educadores para alcançar os objetivos de uma Escola Pública Popular. Uma das propostas para os alunos do magistério era a atuação no movimento de alfabetização de jovens e adultos, nomeado MOVA[5].

A gestão notava e se empenhava em diagnosticar as dificuldades para a implementação dessa formação na escola profissionalizante, apontando algumas questões tais como:

> A desarticulação entre intenções e ações: uma proposta pedagógica que apenas acena para uma escola crítica.
> A leitura atenta das intenções declaradas nos relatórios, quanto às propostas pedagógicas em desenvolvimento, indicadas como objetivos e também na linguagem de cada componente específico, permite identificar a coexistência de diferentes enfoques curriculares. (SMEa, 1990 p. 39 grifos originais do documento)

Ao se debruçar sobre esses pequenos trechos destinados ao ensino secundário profissionalizante na única escola da rede municipal, no período a que se atém a pesquisa de mestrado em andamento, notou-se que embora não fosse prioridade da gestão, há uma tentativa de tornar o que parece um apêndice, uma exceção da rede, em parte componente. Tentativa observável pela possibilidade de organização de um projeto para os estudantes do magistério a fim de que pudessem atuar no projeto de Escola Pública Popular. Se não há um trabalho específico de inovação do segundo grau, no que tange à propostas de trabalho específicas, há uma projeção de reestruturação, reorganização, reorientação de toda rede que irradiou para essa escola de segundo grau.

Importante abordar que o segundo grau não apenas era oferecido no nível profissionalizante, mas também pelas classes chamadas, na época, de suplência. A suplência era destinada a alunos fora da relação idade série. Após os 18 anos, se o jovem apresentasse interesse em concluir os níveis de formação, poderia acessar a Suplência I (1ª. a 4ª. séries),

[5] MOVA: movimento de alfabetização de Jovens e adultos do Município de São Paulo. Ação conjunta da SME e de movimentos populares no empenho por erradicar o analfabetismo. Havia entidades que se cadastravam e podiam contar com recursos financeiros para levar a cabo o trabalho de alfabetização e pós-alfabetização de adultos. "A articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e os Movimentos Populares resultou na construção de um Fórum dos Grupos Populares de Alfabetização" (SME b, 1990, p.21) – *Construindo a Educação Pública Popular: ano 2*

Suplência II (5ª. a 8ª. séries) e Suplência de 2º. grau. Tratava-se de uma forma mais acelerada de percurso de formação.

Todos os níveis de ensino da rede municipal dessa época foram abordados de alguma forma. Trechos mais longos do documento de 1990 foram destinados aos níveis da educação infantil, 1ª. a 4ª. série e 5ª. a 8ª. série. Porém a presença do secundário, com sua única unidade escolar, pareceu emblemática e pôde contribuir para a compreensão da experiência dos atores deste período.

Alguns itens do documento 2, no título *Segundo Grau* – ou seja, a escola Derville Allegretti – apontam certa resistência dos profissionais da educação em contemplar um trabalho coeso de interdisciplinaridade, apontando para o fato de que cada professor terminava por decidir qual seria o tom de seu trabalho, havendo uma multiplicidade considerável de abordagens. A escola ansiada pela gestão Paulo Freire teria maior unidade tomando como ponto fulcral a democratização das decisões nas unidades escolares, na demanda de promover a autonomia das unidades, que teriam liberdade para formular sua forma de atuação junto à sua comunidade, por meio dos conselhos de escola. Mas ao constatar, nas respostas dos professores, propostas vagas, uma separação entre teoria e prática, entre a escola que se deseja e a que se faz, demonstra que os sujeitos transitavam entre o movimento de conservação e o de mudança. De qualquer forma, houve mobilização de energias, de empenho e se demonstra que no nível da experiência, tanto os membros da secretaria, quanto os professores passaram por tensões, por resistências e negociações, que culminou com o estatuto do magistério.

No empenho em compreender como se deu a renovação das práticas na rede, se pôde verificar que o tratamento do ensino de segundo grau não fazia parte das principais pautas da gestão Paulo Freire, embora houve tentativas de propor reflexões sobre o trabalho docente. Nota-se que a única escola de segundo grau profissionalizante era uma espécie de apêndice, no sentido de que estava na rede, mas não recebia tratamento diferenciado, considerando as especificidades da unidade escolar. Até o momento, não se observou na documentação levantada tratamento específico nem no que tange à estrutura física e material como verba destinada especialmente à compra de componentes específicos para o incremento dos cursos técnicos profissionalizantes. As fontes indicam a preocupação com o MOVA e ensino fundamental e educação infantil.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Névio. **Conceito de intelectual em Gramsci. Contribuições para a escrita da história intelectual da educação**. Goiania, Inter-ação, v.35, n.1, 2010, p.131-149

CIZESKI. Angela Antonio. Sobre a gestão Paulo Freire – Uma carta. In: GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996 p. 235-237

DURHAM, Eunice Ribeiro. Concursos públicos e pluralismo democrático. In: GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996, p. 210-215.

DUTRA, André Freitas. **As memórias de professoras municipais sobre a gestão Paulo Freire na secretaria municipal de educação de São Paulo.** São Paulo, 2015. 418 páginas. Tese. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FÁVERO, Osmar. **Cultura Popular Educação Popular: memória dos anos 60.** Rio de Janeiro: Graal, 1983

FRANCO, Dalva Souza. **A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 – 1991) e suas consequências.** Campinas: Revista Pro-posições, v. 25, n. 3, p. 103-121, 2014.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 2001

_____. **Cartas a Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

_____. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

_____. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GADOTTI, Moacir (org.). **Freire: uma biobibliografia.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

HOSTINS, Regina Célia Linhares. **O modo de fazer pesquisa de um historiador.** Esboços: revista do programa de pós-graduação da UFSC, Santa Catarina, n. 12, v.11, pp 37-51, 2004

_____. **O pesquisador e a lógica histórica: contribuições do historiador E.P. Thompson para a pesquisa em educação.** In: *27° Reunião Anual da ANPED*, 2004, Caxambu, 2004, 27. Reunião Anual da ANPED. Caxambu: ANPED, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990

MUNHOZ, Sidnei. **Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson com alguns de seus críticos.** Revista de História Regional, n.2, v.2, 1997

PAIVA, Vanilda P. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista.** São Paulo: Graal, 2000

PINSKY, Carla (*org).* **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008

PINSKY, Carla, LUCA, Tania Regina (*org).* **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2015

QUERUBIM, Viviane. **Paulo Freire e a administração pública. Desafios de um intelectual orgânico na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989-1991).** São Paulo**,** 2008. 216 páginas. Dissertação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007

_____. **História do tempo e tempo da história.** Campinas, SP: Autores Associados, 2015

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A História das Idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas.** João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999 (2ª edição).

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais**.** In: REMOND, Renè. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003

TABORDA, Marcus Aurélio. **O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação.** Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 16, v. 8, pp. 147-169, 2008

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

VENDRAMINI, Celia Regina. **A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho,** Revista Educação Unisinos, São Leopoldo RS, v.10, n.2, pp. 123-129, 2006.

FONTES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **O Movimento de Reorientação Curricular na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo** – documento 1 de 1989.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO a. **O Movimento de Reorientação Curricular na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo** – *documento 2* de 1990.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO b. **Construindo a Educação Pública Popular – ano 2**

D.O do Município de São Paulo, Decreto no. 27611 de 1º. de janeiro de 1989